

IMPACTO DA GOVERNANÇA NO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES INTELIGENTES: UM ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS (SC)¹

Fernanda Marques

Resumo

A estimativa é que a população que reside em área urbana cresça de 55% da população mundial para 68% até 2050. Esse crescimento gera desafios para a governança, que pode encontrar solução por meio da implementação de cidade inteligente aliada à gestão pública para o enfrentamento desse e de outros desafios. O presente estudo tem como objetivo compreender o processo de governança inteligente a partir de ações públicas com o envolvimento dos cidadãos em Florianópolis (SC). Nesse sentido, foram adotadas abordagens de autores nas temáticas: cidades inteligentes, governança pública e governança inteligente a fim de estruturar este estudo por meio de metodologia documental e qualitativa. Além disso, entrevistas semiestruturadas foram realizadas com gestores do município foco do estudo. Os resultados apresentados mostram o conhecimento dos governantes frente ao interesse que em abordar e prospectar cidades inteligentes e seus desafios. Serão analisados os resultados dos seis principais indicadores do eixo Governança do município de Florianópolis, sendo: escolaridade do prefeito, índice Firjan, escala Brasil Transparente, atendimento ao cidadão por meio de aplicativo ou site, conselhos, despesas com saúde e mortalidade infantil. Diante dos dados coletados e analisados e da contribuição dos gestores municipais através das entrevistas realizadas, soluções foram apresentadas para a melhora da qualidade dos serviços oferecidos pelo poder público da cidade quanto à governança.

Palavras-chave: cidade sustentável; cidade inteligente; governança pública; governança inteligente.

UM ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CIDADANIA DA MULHER: UMA ANÁLISE DA CASA DA MULHER BRASILEIRA DE CURITIBA

Luiz Fernando De Vito

Resumo

Pretende-se fazer um estudo qualitativo sobre a concepção da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba, do Programa de Atenção às Mulheres em Situação de Violência de Curitiba. Trata-se de uma política pública destinada a garantir a consolidação da cidadania e direitos humanos das mulheres no município. Nesse contexto, assume-se que garantir condições de consolidação da cidadania e direitos humanos das mulheres é uma das condições para que se efetive uma igualdade entre os gêneros, o problema de pesquisa é: os serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira de Curitiba podem ser vistos como elemento de inclusão das mulheres em um contexto de maior igualdade? Para se dirigir a esse problema, avalia-se qualitativamente a concepção e serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira de Curitiba voltados a garantir a cidadania e os direitos humanos das mulheres implementados no município.

Palavras-chave: políticas públicas; mulher; avaliação de políticas públicas.

¹ Resumos de trabalhos de conclusão de curso - Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 151-153, 2024

O DIREITO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL À LUZ DO PRIMADO DA TRANSPARÊNCIA: NOVOS PARADIGMAS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988 E CONFERÊNCIA SOBRE O MEIO AMBIENTE, ECO-92

Toni Ronei Lopes

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo avaliar, a partir de um estudo interdisciplinar que correlaciona Administração Pública e Direito, se o gestor público no exercício das funções de governança inerentes ao mandato tem o dever de divulgar para a sociedade as informações, os dados e as ações ambientais, ou se tal obrigação aplica-se tão somente a situações em que o Estado for demandado a prestar esclarecimentos. Para desvendar essa problemática, lançou-se mão da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, apoiando-se, complementarmente, em elementos documentais variados — Códigos, Leis, Decretos, Enunciados, Tratados e Convenções — que pudessem auxiliar no processo de verificação e elucidação do objeto em análise. Nesse universo investigativo, verificou-se que a Constituição Cidadã de 1988 e a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco-92, estabeleceram novos parâmetros norteadores acerca do direito de acesso à informação ambiental, cujos contornos modificaram as atribuições estatais e a função dos órgãos fiscalizadores e sociais, passando a exigir uma postura proativa destes personagens. A par destas constatações, analisou-se o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, que demarcou o tema no âmbito judicial e administrativo, assim como estabeleceu novas vertentes obrigacionais no que se refere à produção, ao armazenamento e à divulgação de documentos relacionados ao meio ambiente no Brasil.

Palavras-chave: meio ambiente; Administração Pública; direito à informação.

ANÁLISE DAS PORTARIAS QUE ESTABELECEM A SINALIZAÇÃO POR BANDEIRAS NAS PRAIAS DO LITORAL PARANAENSE REALIZADAS PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

Wislan Picolotto Da Cruz

Resumo

Esse estudo buscou trazer conceitos da Administração Pública aplicados na realidade de uma instituição centenária: o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná. Relacionou-se a Portaria nº 002 de abril de 2009 que trata sobre a sinalização por bandeiras nas praias do litoral e nos balneários de água doce com as fases de uma Política Pública Regulatória. Com a finalidade de elevar o serviço público prestado no Estado do Paraná, foram analisados os dados das variáveis dependentes “afogamento” e “resgate” durante as Operações-verão compreendidas entre os anos de 2008 e 2023. Os dados estatísticos aplicados para a pesquisa foram encontrados no Sistema de Registros de Ocorrências e Estatísticas Bombeiro Militar. Posteriormente, esses dados foram correlacionados pelo modelo de regressão linear simples com dois preditores independentes atinentes ao serviço preventivo realizado pelos Guardas-vidas: advertência e orientação no *software* de estatística Jamovi. Os resultados obtidos

apresentaram relação entre as variáveis estudadas, sendo que houve menos de 50% de correlação entre afogamento e os dois preditores e para resgate, houve mais de 50% de correlação com os preditores. Por fim, percebeu-se que as variáveis decorrentes da aplicabilidade da portaria das bandeiras são válidas, indicando que o emprego dela também ajudou a mitigar os casos de afogamento no litoral do Estado.

Palavras-chave: políticas públicas; sinalização; afogamento; guarda-vidas; prevenção.

A NORMA ISO 14001: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO NA GESTÃO PÚBLICA DO BRASIL

Cleber Giovane Silveira Da Silva

Resumo

O sistema de gestão ambiental tornou-se um grande aliado das empresas que buscam controlar seus processos, aspectos e impactos ambientais, para se qualificar como ecologicamente corretas. A Norma ISO 14001 é uma opção cada vez mais utilizada pelos sistemas de gestão ambiental para padronizar o processo produtivo, reduzir custos de produção e melhorar a imagem corporativa. Por ser uma certificação reconhecida internacionalmente, ela permite que as organizações ganhem vantagem competitiva no mercado e se diferenciem daquelas que apenas cumprem a legislação ambiental. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo principal expor, por meio de revisão bibliográfica, a importância da gestão ambiental no setor público em torno da Norma ISO 14001 e suas formas de contribuir para a evolução e desenvolvimento de processos e produtos sustentáveis. Foi possível concluir que, no Brasil, não foram localizados órgãos da administração direta que tenham implementado sistemas de gestão ambiental ISO14001, porém muitas organizações possuem Sistemas de Gestão Ambiental regulamentados por autoridades públicas.

Palavras-chave: ISO 14001; Administração Pública; questão ambiental.